

V / V

(a) José Martins Neto, Chefe de Contabilidade  
do Município. Eu, Paulo Angelo, Contador mu-  
nicipal Interino, o registrei na data supra.

O 27 de fevereiro

## Lei nº 15

De 14 de Fevereiro de 1948

Autorizando um Empréstimo  
de R\$ = 220.000,00 (Duzentos e Vinte  
e um reais e zero centavos).

Osvaldo Ribeiro Guerreiro, Prefeito  
Municipal de Orlando, na forma da Lei etc;  
Faço saber que a Câmara Municipal  
de Orlando, acordou e eu promulgo a seguinte  
Lei:

Artigo 1º - Fica a Secretaria Munici-  
pal de Orlando, autorizada a contrair -  
com a Fazenda do Estado, um empréstimo  
na forma do decreto-lei nº 16.679 de 31 de De-  
zembro de 1946, até a importunidade de R\$ -  
220.000,00 (Duzentos e vinte e um reais e zero centavos) des-  
tinado exclusivamente à conclusão dos serviços  
de a instalação de ônibus da Linha do Mu-  
nicipio, de acordo com o Projeto aprovado  
pelo Departamento das Municipalidades.

Artigo 2º - O contrato de empréstimo  
a ser assinado antes do início das obras  
contrá, além ao valor destas, mais as  
cláusulas e condições da minuta que -  
fior aprovada pela Secretaria da Fazenda  
e especialmente as seguintes:

- a) Prazo máximo de 50 anos (quarenta) anos;
- b) Juros de 5% (cinco por cento) ao ano;
- c) Amortizações em avenidas, fixadas pela Secretaria da Fazenda, e estabelecidas as respectivas quantias de cada exercício;
- d) Garantia da parte da taxa produzida pelo serviço, proporcional ao empréstimo que deste para assegurar sua forma prevista na letra e.

Artigo 3º - Fica a Secretaria Municipal autorizada também a assumir, de modo expresso, o compromisso de receber as dívidas executadas em perfeito estado de funcionamento, ou as impropriedades a serem aplicadas na sua conclusão, a título de adiantamento, sem prejuízo do processo de verificação da correta aplicação financeira do Município para os fins legais.

Artigo 4º - Ficam a serem vinculados na forma desta Lei, serão executadas sob a direção técnica da Secretaria da Fazenda, no regime que melhor convete entre esses públicos.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, digo Republicada, revogados as disposições em contrário. Mandado portanto, a todos que o conhecimento desse lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém e declaro. O Chefe de Gabinete assim o tenha entendido, faço publicar o decreto.

Orlando, 14 de Fevereiro de 1948

(a) Oswaldo Góis e Júlio Guerreiro, Prefeito Municipal,

Apronada em 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> discussão pela Câmara Municipal de Orlândia, em Sessão de 13 de Fevereiro de 1948, nos termos do Projeto de Lei nº 16 de 12 de Fevereiro de 1948 e publicada - por Edital, pela Contabilidade Municipal de Orlândia.

Orlândia, 14 de Fevereiro de 1948

(a) José Martins Vito, Chefe de Contabilidade Municipal. Eu, Gaucho Órgaos, Contador Municipal Interino, o registo na data supra

O J. Góis

### Decreto nº 39

De 10 de Março de 1948.

Apresentando o funcionário José Martins Vito, no cargo de Chefe de Contabilidade Municipal, que conta com 30 anos de serviços prestados ao município.

O Prefeito Municipal de Orlândia, usando de suas atribuições legais, é tenor em vista o que foi requerido pelo interessado, anexando certificado de tempo de serviços prestados ao Município e de conformidade com os Artigos 18º e 19º, do Decreto-Lei Estadual nº. 13.030, de 28 de Outubro de 1942, combinados com os artigos 92 e 98 da Constituição Estadual, apresenta o senhor José Martins Vito no cargo de Chefe de Contabilidade Municipal, que conta com 30 (trinta) anos de serviços interrompidos prestados ao